

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4278/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder à Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 26.2 a 5.3.2018 e 3 e 10.9.2018, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4369/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) a 16.1.2019 (7h59min)	17ª	Luiz Gustavo Camacho Terçariol	98478-2087
16 (18h01min) a 23.1.2019 (7h59min)	13ª	Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	98478-2087
23 (18h01min) a 30.1.2019 (7h59min)	8ª	Juliano Albuquerque	98478-2087
30.1 (18h01min) a 6.2.2019 (7h59min)	4ª	João Linhares Júnior	98478-2087

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4371/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de janeiro de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
7 (18h01min) e 8.1.2019 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
9 (18h01min) a 16.1.2019 (7h59min)	4ª	Fábio Adalberto Cardoso de Moraes	99603-9203
16 (18h01min) a 23.1.2019 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203
23 (18h01min) a 30.1.2019 (7h59min)	6ª	Marcos Martins de Brito	99603-9203
30.1 (18h01min) a 6.2.2019 (7h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4288/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila 17 (dezessete) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a serem usufruídos no período de 24.9 a 10.10.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 3236/2018-PGJ, de 24.9.2018, publicada no DOMP nº 1826, de 26.9.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4403/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui e Silvio Cesar Maluf, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Cíveis, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4404/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Sara Francisco Silva e Rodrigo Jacobina Stephanini, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Criminais, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4405/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda e Aroldo José de Lima, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4406/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Alexandre Lima Raslan e Esther Sousa de Oliveira, na qualidade de titular e substituta, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4407/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 02/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo e Belmires Soles Ribeiro, na qualidade de titular e substituto, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadores das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Cível, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4426/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4106/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de plantão da Administração Superior e da Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual para o feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, conforme segue:

Onde consta:

MEMBRO	CARGO	PERÍODO	CELULAR
Paulo Cezar dos Passos	Procurador-Geral de Justiça	19 (18h01min) a 27.12.2018 (18h)	98478-2435
Helton Fonseca Bernardes	Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo	27.12.2018 (18h01min) a 7.1.2019 (7h59min)	98478-2353

Passe a constar:

MEMBRO	CARGO	PERÍODO	CELULAR
Paulo Cezar dos Passos	Procurador-Geral de Justiça	19.12.2018 (18h01min) a 7.1.2019 (7h59min)	98478-2435

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4425/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os membros e servidores do Ministério Público Estadual para participarem da abertura da “Correição Geral, Encontro Regional com Membros em Estágio Probatório e Diálogo da Corregedoria Nacional com Membros e Servidores do Ministério Público no Estado de Mato Grosso do Sul”, a realizar-se no dia 4.2.2019, a partir das 8h30min, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande - MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4397/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, por merecimento, a 4ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Clarissa Carlotto Torres, símbolo MP-23, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia, de igual entrância (Processo PGJ/10/4138/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4398/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Clarissa Carlotto Torres, para, com prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, a partir de 7.1.2019, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4290/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 09/2016-PGJ, de 30.6.2016,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Gisleine Dal Bó, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisora das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, a partir de 7.1.2019, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4291/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Ponta Porã, Patrícia Almirão Padovan, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 7.1.2019, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4292/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 19ª Zona Eleitoral, a partir de 27.1.2019, pelo período de 2 (dois) anos.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4293/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 52ª Zona Eleitoral, no período de 7 a 26.1.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Magno Oliveira João.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4345/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais e a Supervisão constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL/ SUPERVISÃO	TITULAR
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	7 a 16.1.2019	5ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Campo Grande	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
José Roberto Tavares de Souza	16 a 25.1.2019	Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Três Lagoas	Antonio Carlos Garcia de Oliveira
Rosalina Cruz Cavagnolli	7 a 16.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brillhante	Jorge Ferreira Neto Júnior

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	17 e 18.1.2019	5ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Campo Grande	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
Paulo Leonardo de Faria	7 a 11.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Andradina	Fabricio Secafen Mingati
Leonardo Dumont Palmerston	14 a 18.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Paranaíba	Juliana Nonato
Rosalina Cruz Cavagnolli	17 e 18.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 4346/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Varas dos Juizados Especiais e as Cartas Precatórias, constantes do quadro a seguir, pelo período de 1 (um) ano:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	JUIZADOS ESPECIAIS/CARTAS PRECATÓRIAS	A PARTIR DE
Julio Bilemjian Ribeiro	3ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	5.2.2019
Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Dourados	13.1.2019
Fabírcia Barbosa Lima	Cartas Precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Dourados	27.1.2019
Antenor Ferreira de Rezende Neto	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aquidauana	7.1.2019
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda	27.1.2019
Letícia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí	27.1.2019
Rosalina Cruz Cavagnolli	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante	27.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 4347/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
8ª	Celso Antonio Botelho de Carvalho	10 a 26.1.2019	Férias	Henrique Franco Cândia
33ª	Lenize Martins Lunardi Pedreira	7 a 11.1.2019	Compensação	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4349/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça de Inocência, nos períodos de 21 a 25.1.2019 e 28.1 a 1º.2.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão e férias do Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4351/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 27.1.2019, em prorrogação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4354/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 26, 29 e 30.8, 19 e 20.9.2015, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 9, 10 e 11.1.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4399/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 4106/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão da Administração Superior e da Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual para o feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019:

MEMBRO	CARGO	PERÍODO	CELULAR
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	Promotora de Justiça – GAECO	19.12.2018 (18h01min) a 7.1.2019 (7h59min)	-

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4401/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 10 (dez) dias de férias remanescentes, sendo 8 (oito) dias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2014/2015 e 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos nos períodos de 7 a 11.1.2019 e 28.1 a 1º.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4402/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Promotorias de Justiça das comarcas de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4410/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, a partir de 7.1.2019, até ulterior deliberação; e revogar parcialmente, a partir dessa data, a Portaria nº 021/2015-PGJ, de 7.1.2015, que designou o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros para coordenar, orientar e acompanhar os serviços do referido Departamento.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4412/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito do Ministério Público Estadual, no período de 7 a 11.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4420/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4248/2018-PGJ, de 12.12.2018, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca, para atuar perante a 15ª Zona Eleitoral, no dia 18.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4424/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 44ª Zona Eleitoral, a partir de 7.1.2019, pelo período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1452/2017-PGJ, de 3.5.2017, que designou o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4282/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, os trabalhos da Comissão Sindicante instituída por meio da Portaria nº 3440/2018-PGJ, de 10.10.2018, prorrogada pela Portaria nº 4230/2018-PGJ, de 11.12.2018 (Processo nº PGJ/10/3506/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4283/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 7.1.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Rafael Pires de Camargo, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4284/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Auriely Ramirez Abadie para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Rafael Pires de Camargo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4285/2018-PGJ, DE 14.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 7.1.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Elias Marques Basmage, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4380/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir a servidora abaixo nominada e a respectiva unidade de serviço na Portaria nº 4254/2018-PGJ, de 12.12.2018, que estabeleceu a escala de plantão para o feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019 dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6.11.2018:

I. PROCURADORIA DE JUSTIÇA	
DATA	PROCURADORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM RECURSOS, NA ÁREA CRIMINAL
	ASSESSOR DE PROCURADOR/ASSESSOR JURÍDICO
De 20.12.2018 a 6.1.2019	Laiana Sant'Ana Ribeiro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4396/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 92/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Marina Nery Alves, Analista/Administração; 2) Fiscal Técnico – José Tadeu Pereira da Anunciação Silva, Assessor de Inteligência; 2.1) Suplente – Isaac Laitart, Técnico I; 3) Fiscal Administrativo – Marlon Eduardo D'Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3.1) Suplente – Paola Reginato Pereira, Técnico II (Processo PGJ/10/2244/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4422/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir a servidora abaixo nominada na Portaria nº 4254/2018-PGJ, de 12.12.2018, que estabeleceu a escala de plantão para o feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019 dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6.11.2018:

II. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE	
DATA	SERVIDOR
	ASSESSOR JURÍDICO
20.12.2018	Luana Nunes da Costa
21.12.2018	Luana Nunes da Costa
22.12.2018	Luana Nunes da Costa
23.12.2018	Luana Nunes da Costa
24.12.2018	Luana Nunes da Costa
25.12.2018	Luana Nunes da Costa
26.12.2018	Luana Nunes da Costa
27.12.2018	Luana Nunes da Costa
28.12.2018	Luana Nunes da Costa

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4359/2018-PGJ, DE 18.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3838/2018-PGJ, de 12.11.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Thallyta Iflan da Cunha Barbeto; de forma que, onde consta: Período Aquisitivo – 2016/2017, passe a constar: Período Aquisitivo – 2017/2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4337/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Edna de Barros Manzoni	2016/2017	9 a 18.7.2018	10 a 19.12.2018		30.11 a 9.12.2018
Suzete dos Santos Bezerra	2016/2017	22 a 31.1.2018	4 a 13.11.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	14 a 23.1.2019		19 a 28.2.2018
Gilmara Daiana Schneider	2017/2018	2 a 11.7.2018	7 a 16.1.2019		2 a 11.4.2018

PORTARIA Nº 1638/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Michele Menegat Nunes	2017/2018	8 a 17.6.2018	7 a 16.1.2019		18 a 27.6.2018
Priscilla Espindola Cardoso	2017/2018	24..6 a 3.7.2019	10 a 19.12.2019		14 a 23.6.2018

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniela Cristina Junqueira Nelli	2015/2016	13 a 22.8.2018	19 a 28.11.2018		3 a 12.8.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	2017/2018	15 a 24.10.2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019	
Everaldo Almeida dos Santos	2017/2018	7 a 26.1.2019			16 a 25.10.2018
Paulo Matias Guimarães	2017/2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.1.2019		16 a 25.10.2018
Gladys Esmelda Barrios Amarilha	2017/2018	21 a 30.1.2019	18 a 27.3.2019		22 a 31.10.2018
Wanessa da Conceição Teixeira	2016/2017	23.10 a 1º.11.2018	14 a 23.1.2019	12 a 21.6.2019	

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana de Assis Passos Gonçalves	2017/2018	19 a 28.11.2018	6 a 25.5.2019		
Maria Isabelli Monteiro de Oliveira	2017/2018	11 a 20.3.2019	27.8 a 5.9.2019		14 a 23.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniele Aparecida Souza	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019		9 a 18.1.2019
Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores	2016/2017	7.1 a 5.2.2019			
Jackeline Nunes Lechuga	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Flavio Ricardo de Souza	2017/2018	7 a 16.1.2019	21 a 30.10.2019		17 a 26.1.2019
Murillo Andrade Yazbek	2017/2018	7 a 26.1.2019			28.1 a 6.2.2019
Leticia Sousa Gonçalves	2017/2018	8 a 17.4.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Edna de Barros Manzonni	2016/2017	9 a 18.7.2018	3 a 12.7.2019		30.11 a 9.12.2018
Suzete dos Santos Bezerra	2016/2017	22 a 31.1.2018	5 a 14.11.2018		8 a 17.1.2018

PORTARIA Nº 119/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2017/2018	10 a 19.9.2018	7 a 16.3.2019		19 a 28.2.2018
Gilmara Daiana Schneider	2017/2018	2 a 11.7.2018	9 a 18.4.2019		2 a 11.4.2018

PORTARIA Nº 1638/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Michele Menegat Nunes	2017/2018	8 a 17.6.2018	30.10 a 8.11.2019		18 a 27.6.2018
Priscilla Espindola Cardoso	2017/2018	10 a 19.12.2018	24.6 a 3.7.2019		14 a 23.6.2018

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniela Cristina Junqueira Nelli	2015/2016	13 a 22.8.2018	4 a 13.2.2019		3 a 12.8.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	2017/2018	15 a 24.10.2018	11 a 20.3.2019	8 a 17.7.2019	
Everaldo Almeida dos Santos	2017/2018	7 a 16.1.2019	20.2 a 1º.3.2019		5 a 14.11.2018
Paulo Matias Guimarães	2017/2018	19 a 28.11.2018	7 a 16.3.2019		16 a 25.10.2018
Gladys Esmelda Barrios Amarilha	2017/2018	21 a 30.1.2019	18 a 27.2.2019		21 a 30.10.2018
Wanessa da Conceição Teixeira	2016/2017	23.10 a 1º.11.2018	10 a 29.6.2019		

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana de Assis Passos Gonçalves	2017/2018	2 a 21.5.2019	14 a 23.10.2019		
Maria Isabelli Monteiro de Oliveira	2017/2018	25.2 a 6.3.2019	27.8 a 5.9.2019		14 a 23.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniele Aparecida Souza	2017/2018	18 a 27.3.2019	8 a 17.7.2019		9 a 18.1.2019
Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores	2016/2017	7.1 a 26.1.2019			27.1 a 5.2.2019
Jackeline Nunes Lechuga	2017/2018	23.1 a 1º.2.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Flavio Ricardo de Souza	2017/2018	13 a 22.5.2019	21 a 30.10.2019		17 a 26.1.2019
Murillo Andrade Yazbek	2017/2018	7 a 26.1.2019			29.1 a 7.2.2019
Leticia Sousa Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4366/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Juliana Bellé Toniazio Manfio.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4367/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 25.1.2019, em razão de férias da servidora Cristina Castilho Akatsuka.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4368/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 10 a 19.12.2018 e 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Jéssica Caroline de Oliveira Almeida.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4377/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.12.2018, as férias da servidora Emiliane Ferreira de Amorim, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 1192/2018-PGJ, de 3.4.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 25 a 30.3.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4378/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Priscila Silva Zandoná, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, a serem usufruídas no período de 27.5 a 5.6.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4379/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, por meio da Portaria nº 3913/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 7 a 9.1.2019, a serem usufruídas no período de 8 a 10.5.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4381/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, 1 (um) dia de férias do servidor Giovanni do Prado Azevedo, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seria usufruído no dia 10.12.2018, a ser usufruído no dia 7.1.2019, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4382/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Géssyca Ramires Matos, de forma que, onde consta: 2º Período – 28.11 a 7.12.2018, passe a constar: 2º Período – 7 a 16.1.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4383/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 11.12.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Elaine Teresinha Bordão; de forma que, onde consta: 2º Período – 8 a 27.7.2019, passe a constar: 2º Período – 8 a 17.7.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4384/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4003/2018-PGJ, de 27.11.2018, na parte em que alterou as férias da servidora Maria Aparecida Alves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4385/2018-PGJ, DE 18.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2404/2018-PGJ, de 12.7.2018, com a redação dada pela Portaria nº 3093/2018-PGJ, de 11.9.2018, na parte que concedeu férias ao servidor Jorge Charbel Berto Nasralla, de forma que, onde consta: 2º Período – 11 a 20.6.2019, passe a constar: 2º Período – 16 a 25.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4387/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Wanessa Barbosa Santana, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Correspondências, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Arquivo e Protocolo-Geral, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias, e nos dias 17 e 18.1.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Magaly Carvalho Brunet.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4388/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Caren Suéli Montagner Lago, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 19.1.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4389/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cecilia Soares de Paiva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC2, símbolo MPFC-302, no período de 14.1 a 2.2.2019, em razão de férias do servidor Rogério Cintra Pereira Neves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4390/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rosinei Escobar Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Almoxarifado, nos dias 12 e 14.12.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense, e no período de 7 a 26.1.2019, em razão de férias do titular, Elvys Tomas Bernal.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4391/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Nova Andradina, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias, e nos dias 17 e 18.1.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral do servidor Osvaldo dos Santos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4392/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gina de Rezende Matias, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura, no período de 17 a 19.12.2018, em razão de viagem do titular, Jean Claud Borges Maciel Pinheiro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4393/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias da servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4394/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Anderson Teodoro, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Engenharia Ambiental, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Meio Ambiente, nos dias 19.12.2018, 17 e 18.1.2019 em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral e no período de 7 a 16.1.2019, em razão de férias do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4395/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flávio Cesar de Pauli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Terenos, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, a partir de 7.1.2019, pelo período de 60 (sessenta) dias.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4421/2018-PGJ, DE 19.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes ao servidor Gerson Estevam da Silva Junior, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2018.****7. Processos das Comissões Permanentes:****7.1. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002053-3**

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Alteração das atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Coxim-MS.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou as alterações das atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Coxim, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.2. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002399-6

Requerente: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antônio Martins Sottoriva.

Assunto: Retificação do art. 3º da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a retificação do art. 3º da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.3. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002613-8

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Viabilidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça na Comarca de Sidrolândia-MS.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a instalação da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

7.4. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000636-7

Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENASEMPE.

Assunto: Analisar a viabilidade de implementação de teletrabalho no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Siufi Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.

Retirado de pauta a pedido do presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Minuta de Resolução que dispõe sobre o Sistema de Eleição Eletrônica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a referida Resolução.

8.2. Apresentação do Plano Geral de Atuação - PGA, para o exercício de 2019.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência.

8.3. Referendar a Portaria nº 3468/2018-PGJ, de 15.10.2018, que concedeu ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 28.5 a 4.6.2018, usufruído no dia 10.10.2018.

Deliberação: o Colégio, à unanimidade, referendou.

8.4. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processos PGJ/10/3237/2018, PGJ/10/3238/2018, PGJ/10/3239/2018 e PGJ/10/3240/2018).

Deliberação: O Colégio, à unanimidade, referendou.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2018

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário *ad hoc* do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 16/2018/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, comunica aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com mais de trinta e cinco anos de idade, que já tenham completado mais de dez anos na respectiva carreira, que dentro do prazo de 3 (três) dias, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que pretendam se inscrever para compor lista tríplice a ser submetida ao Procurador-Geral de Justiça para indicação de um membro para concorrer às vagas de membros do Conselho Nacional do Ministério Público, destinadas aos integrantes dos Ministérios Públicos dos Estados, conforme artigo 130-A, III, da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 11.372/2006.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/PGJ/2016.**

Processo: PGJ/10/2659/2015.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2 – **SH INFORMATICA LTDA.**, representado por **Suryha Haddad Zenatti**.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** por mais 12 (doze) meses, para a prestação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos, com tecnologia de cartão magnético, para abastecimento de combustível (etanol, gasolina e diesel) e serviços de manutenção preventiva e corretiva (tais como óleos lubrificantes, filtros, serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, peças em geral e pneus, em rede de serviços especializada), com gerenciamento e controle dos veículos automotores que compõem a frota do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e **alteração do índice de correção** constante no item 10.4 da Cláusula Décima, para que eventuais correções monetárias sejam calculadas de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, diante da Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Amparo Legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, inciso II, alínea “c”, da Lei 8.666/93 e Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Valor estimado mensal: para a execução dos serviços é de R\$ 67.550,00 e para abastecimento é de R\$ 68.756,25

Vigência: 13.01.2019 a 12.01.2020.

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000171 DE 07.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4482/2018.

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU’S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (item 12.1, lote 12).

Valor: R\$ 1.197,00 (mil, cento e noventa e sete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000171 de 07.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000181 DE 19.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4637/2018.

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU’S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaletas. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (item 12.1, lote 12).

Valor: R\$ 2.793,00 (dois mil, setecentos e noventa e três reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000181 de 19.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000182 DE 19.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4639/2018.

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER SPACE INVERTER P/T 36.000 BTUS – FRIO – 220V, (item 7.1, lote 7).

Valor: R\$ 22.950,00 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000182 de 19.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000183 DE 19.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4639/2018.

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 BTU/h., (item 7.2, lote 7); e Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS (item 7.3, lote 7).

Valor: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000183 de 19.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000187 DE 19.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4640/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's.. (item 2.2, lote 2); Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (item 2.3, lote 2); Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's, (item 3.2, lote 3); Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (item 3.3, lote 3); Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's, (item 4.2, lote 4); Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (item 4.3, lote 4); Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU's, (item 6.2, lote 6); e Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS, (item 6.3, lote 6).

Valor: R\$ 9.090,00 (nove mil e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000187 de 19.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000186 DE 19.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4640/2018.

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA, (item 2.1, lote 2); Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA, (item 3.1, lote 3); Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA, (item 4.1, lote 4); e Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF30B2FA/HLFE30B2NA, (item 6.1, lote 6).

Valor: R\$ 17.295,00 (dezessete mil, duzentos e noventa e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000186 de 19.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4482/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 3 (três) unidades de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (lote 12 – item 12.1), para atender o prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$ 1.197,00 (um mil, cento e noventa e sete reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000171, de 07.12.2018.

Vigência: 17.12.2018 a 17.12.2019.

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4637/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 7 (sete) unidades de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (lote 12 – item 12.1), para atender o prédio das Promotorias de Justiça – Unidade Ricardo Brandão.

Valor contratual total: R\$ 2.793,00 (dois mil, setecentos e noventa e três reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000181, de 19.12.2018.

Vigência: 21.12.2018 a 21.12.2019.

Data de assinatura: 21 de dezembro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/4639/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 3 (três) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses; tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 BTU/h. e serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU/h, 220V, para atender o prédio das Promotorias de Justiça – Unidade Ricardo Brandão.

Valor contratual total: R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2018NE000182 e 2018NE000183, de 19.12.2018.

Vigência: 21.12.2018 a 21.12.2019.

Data de assinatura: 21 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/PGJ/2018**PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/PGJ/2018-SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de equipamentos para expansão de sistema de comunicação (servidor, bastidor remoto, terminal IP, etc.) incluindo serviços de instalação e suporte, ofertados pelas empresas adiante identificadas, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1.1	Servidor de comunicação para criptografia <i>Alcatel-Lucent Thales</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	3	63.350,00
	1.2	Atualização de servidor de comunicação <i>Omnipcx Enterprise</i> baseado em <i>appliance server</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	1	134.280,00
	1.3	Ampliação de sistema de gerenciamento para centrais telefônicas <i>Omnipcx Enterprise Omnivista 8770 NMS</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	1	81.380,00
	1.4	Serviço de instalação do servidor de comunicação para criptografia (item 1.1), atualização de servidor de comunicação <i>Omnipcx Enterprise</i> (item 1.2) e da ampliação <i>Omnipcx Enterprise Omnivista 8770 NMS</i> (item 1.3.), conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	1	44.100,00
	1.5	Servidor de comunicação <i>opentouch</i> baseado em <i>appliance server</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	1	259.760,00
	1.6	Serviço de instalação do servidor de comunicação <i>opentouch</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	1	27.130,00
2	2.1	Bastidor remoto tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	4	16.614,00
	2.2	Serviço de instalação de bastidor remoto tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	4	2.396,00
3	3.1	Bastidor remoto tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	56	15.024,00
	3.2	Serviço de instalação de bastidor remoto tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	56	2.376,00
4	4.1	Terminal IP tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	1500	692,00
	4.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	1500	13,00
5	5.1	Terminal IP tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	200	1.237,00
	5.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 2, conforme descrição anexa.	Serviço	200	13,00

		Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.			
6	6.1	Terminal IP tipo 3, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	20	2.986,00
	6.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 3, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	20	13,00
7	7.1	Terminal IP tipo 4, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	10	2.407,00
	7.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 4, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Serviço	10	13,00
8	8	Fonte de alimentação externa para terminais IP, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	400	61,00
9	9	Licença universal para aparelhos IP, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	500	310,00
10	10	Modulo de teclas 20 teclas para terminais 8000 series, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	10	502,00
11	11	Modulo de teclas 40 teclas para terminais 8000 series, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	5	535,00
12	12	<i>Headset</i> monoauricular para terminais IP 8038, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.	Unidade	10	257,50
13	13	<i>Headset</i> monoauricular para <i>Softfone</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.	Unidade	20	543,00
14	14.1	Gateway GSM, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.	Unidade	2	26.950,00
	14.2	Serviço de instalação de <i>gateway</i> GSM, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.	Unidade	2	2.245,00
15	15	Serviço de suporte do fabricante (<i>Solution Premier Service</i>), conforme descrição anexa. Empresa vencedora: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.	Unidade	1	310.000,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0020/2018/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2018.00002647-1

Requerente: 32.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado de Saúde e Hospital Santa Casa de Campo Grande..

Assunto: Apurar a integral implementação/funcionamento da Unidade do Trauma do Hospital Santa Casa de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 14 de dezembro de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0021/2018/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2018.00003406-0

Requerente: PR/MS - Procuradoria da República em MS.

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul..

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relativas ao Relatório de Auditoria Ordinária n. 233 – Processo n. 27/003.366/2017, da Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria, especificamente acerca das matérias em que houve declínio de atribuição do MPF a esta Especializada, quais sejam, as descritas nas Constatações n. 497427, 499508, 495843, 495865, 495852, 495866, 495858, 495868, 495988, 495989, 497738 e 499904.

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

DOURADOS**RECOMENDAÇÃO N. 0007/2018/11PJ/DOS**

Inquérito Civil n. 06.2016.00000939-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nereu da Silva Azambuja e outros

Objeto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental, consistente na prática desordenada de atividade pesqueira em APP situada às margens do Rio Dourados, localizado em um rancho na Fazenda Porto Velho, neste município.

RECOMENDAÇÃO n. 0007/2018/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *“O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV da Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social ambiental da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 182 da Constituição da República, *“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”*;

CONSIDERANDO que o art. 30 da Constituição previu que *“Art. 30. Compete aos Municípios: [...] VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”*;

CONSIDERANDO que ao prever a necessidade de controle sobre o parcelamento do solo, a Constituição Federal fez alusão somente ao solo urbano, recepcionando a Lei Federal 6.766/1979 que, de igual forma, admite o parcelamento do solo para fins urbanos somente em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal (art. 3º);

CONSIDERANDO que, observada a competência federal e estadual para legislar sobre o direito urbanístico (art. 24, I, CF), o Município de Dourados limitou-se a disciplinar a realidade local de parcelamento do solo em terrenos urbanos, tanto em seu Plano Diretor (Lei Complementar 72/2003), quanto na Lei Municipal n. 1041/79, nada dispondo sobre o parcelamento rural, até porque se o fizesse avançaria a competência legislativa definida pela Constituição da República;

CONSIDERANDO que *“O parcelamento do solo para fins urbanos, segundo a sistemática da Lei federal n. 6.766/79, só pode ser concretizado nas zonas urbanas ou de expansão urbana. Na zona rural, dada a luminar clareza desse dispositivo, nenhum terreno pode ser loteado ou desmembrado para fins urbanos, ou seja, para a implantação de novo núcleo residencial, comercial, industrial ou de lazer”*¹;

CONSIDERANDO que, quanto ao parcelamento de solo rural, o Estatuto da Terra (Lei 4504/64) dispõe: *“Artigo 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural”*;

1 O Município e o Parcelamento do Solo, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1988, pág. 25.

CONSIDERANDO que, em consulta ao Sistema Nacional de Cadastro Rural², observa-se que o módulo fiscal definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o município de Dourados/MS é de 30 (trinta) hectares, sendo que a Fração Mínima de Parcelamento – FMP é de 02 (dois) hectares;

CONSIDERANDO que a Lei 5.868/72, em seu art. 8º, determina: *"Para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do Art. 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado no § 1º deste artigo, prevalecendo a de menor área"*;

CONSIDERANDO que o Decreto 62.504/68, que regulamenta o art. 65 do Estatuto da Terra, apenas previu o desmembramento do imóvel rural em parcela de área inferior à exigida quando essa se destinar a obras de necessidade ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou atividades outras de interesse para as comunidades, o que, evidentemente, não é o caso dos autos;

CONSIDERANDO ainda que o Decreto 59.428/66, que também regulamenta as disposições do Estatuto da Terra, em seu art. 96 condiciona a aprovação de projetos de loteamentos rurais, com vistas à urbanização, industrialização e formação de sítios de recreio, à execução em área que: *"I - Por suas características e pelo desenvolvimento da sede municipal já seja considerada urbana ou esteja incluída em planos de urbanização; II - Seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como de estância hidromineral ou balneária; III - Comprovadamente tenha pedido suas características produtivas, tornando antieconômico o seu aproveitamento"*;

CONSIDERANDO que, tanto o Estatuto da Terra como seus decretos regulamentadores *"aportavam teratologias anteriores mesmo à Lei 6.766/1979, que passou a regular a temática dos loteamentos e desmembramentos com fito de urbanização e já, a nosso juízo, tacitamente os revogara nestes aspectos"*³;

CONSIDERANDO que o entendimento acima é o mesmo sedimentado atualmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, em Nota Técnica INCRA/DF/DFC/n. 02/2016⁴, considerou que, dentre outras legislações, a Lei Federal 6.766/79 *"derrogaram tacitamente as disposições do Decreto 59.428/66, ao regulamentarem de forma mais detalhada e técnica as matérias relativas à formação de núcleos urbanos"*;

CONSIDERANDO, todavia, que no bojo do inquérito civil em epígrafe, o IMASUL constatou *"o loteamento de parte da Fazenda Porto Velho, com lotes de área variável, o qual o senhor Nereu afirmou estar regularizado. Dessa forma, foram lavrados os Laudo de Constatação n. 04642 e Notificação n. 1802 requisitando ao Senhor Nereu da Silva Azambuja a apresentação a regularização ambiental do loteamento constatado na Fazenda Porto Velho"* (fl. 155);

CONSIDERANDO, entretanto, que não há informações sobre a finalidade do loteamento, tampouco número e extensão territorial dos lotes demarcados;

CONSIDERANDO que, caso o parcelamento seja realizado em desacordo com a Fração Mínima de Parcelamento – FMP, ou com finalidade urbana, a interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela irregularidade no parcelamento de solo para loteamento com fins urbanos em área rural, já que esse tipo de empreendimento apenas poderia se dar em perímetro urbano;

CONSIDERANDO que o parcelamento do solo com fins urbanos depende da prévia inclusão da gleba respectiva no perímetro urbano e em zoneamento municipal compatível, vez que está em jogo, na prática, a faculdade de que o particular promova urbanização, com severos impactos na ordem urbanística, no meio ambiente e no patrimônio público;

CONSIDERANDO que esta é a orientação firmada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná⁵ assim ementada:

CONSULTA Nº 118/2016 EMENTA: FRACIONAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS ABAIXO DO MÓDULO MÍNIMO. VEDAÇÃO LEGAL DO ESTATUTO DA TERRA E DA LEI 5.868/1972. RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA 01/2016 DA [...] PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE [...] PARA COIBIR ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

² Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

³ Consulta 118/2016 – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Consulta1182016versaosite.pdf>

⁴ Disponível em <<<http://www.mpsp.mp.br/portal/pls/portal/docs/l/2592378.PDF>>>. Acesso em 17/12/2018.

⁵ IDEM.

CONTRÁRIOS À PROIBIÇÃO. ÚNICAS EXCEÇÕES: PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E USUCAPIÃO ESPECIAL (COM RESSALVAS). PRECEDENTES DO STF. ÔNUS PROBATÓRIO QUE RECAI SOBRE O INTERESSADO. ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ COM CAUTELAS E RESTRIÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELOS OFICIAIS E TABELIÃES. NÃO CONTRADIÇÃO. PARTE IDEAL NÃO ADMISSÍVEL QUANDO CARACTERIZA, NA PRÁTICA, LOTE DETERMINADO. HIPÓTESES DOS DECRETOS 59.428/1966 E 62.504/1968 AFASTADAS. DIPLOMAS NÃO RECEPCIONADOS PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA 82/2015. PERÍMETRO URBANO COMO FATOR DEFINIDOR, PARA FINS DE PARCELAMENTO DO SOLO. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL: USO RACIONAL E ADEQUADO APROVEITAMENTO. ATUAÇÃO MINISTERIAL EM ÂMBITO DE REGISTROS PÚBLICOS QUE TEM NATUREZA ADMINISTRATIVA E NÃO IMPEDE FUTURO QUESTIONAMENTO. PRECEDENTES DO STJ. UNIFORMIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO ESTADUAL E NACIONAL. DIRETRIZES DO CNMP. CAUTELAS ESPECIAIS COM EXPANSÃO PERIMETRAL E ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO OU PLANO DIRETOR, QUE DEVEM RESPEITAR O ART. 42-B DO ESTATUTO DA CIDADE (LEI 10.257/2001).

CONSIDERANDO que, conforme exigência do art. 23, II da Instrução Normativa INCRA 82/2015⁶, o qual requer “*certidão de localização expedida pelo Município, atestando que o imóvel está inserido no perímetro urbano, com indicação do ato legislativo que o delimitou*” para que se proceda à descaracterização para fins urbanos de áreas constantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural, qualquer alteração de uso do solo rural para urbano (art. 53 da Lei 6.766/1979), inclusive o parcelamento abaixo do módulo, deve ser antecedida tanto de inclusão do imóvel no perímetro urbano quanto de baixa nos cadastros do INCRA;

CONSIDERANDO que, a já citada Nota Técnica INCRA/DF/DFC 02/2016, visa justamente ao esclarecimento da matéria, alinhando o entendimento institucional no sentido de que “*a) todo parcelamento para fins urbanos deve ocorrer nas áreas adequadamente delimitadas pelo zoneamento municipal (...)*”;

CONSIDERANDO que, nas conclusões e recomendações do mencionado documento, lê-se:

- a) somente é admitido o parcelamento, para fins urbanos, de imóvel localizado em zona urbana, zona de expansão urbana, zona de urbanização específica ou zona especial de interesse social, definidas pela legislação municipal, no contexto de adequado ordenamento territorial e eficiente execução da política urbana;*
- b) é vedado o parcelamento, para fins urbanos, de imóvel localizado fora das zonas referidas no item anterior, incluídos na vedação os empreendimentos destinados à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou à industrialização, com base no item 3 da revogada Instrução 17-b/80; (...)*
- e) todos os procedimentos que porventura ainda estejam em curso nas superintendências Regionais, relacionados à industrialização ou à formação de núcleos urbanos e sítios de recreio, deverão ser encerrados, por ausência de substrato jurídico-normativo que lhes dê guarida (...);*
- f) todos os procedimentos que porventura estejam em curso nas Divisões de Ordenamento da Estrutura Fundiária, relacionados à aprovação de loteamento rural, deverão ser avaliados para verificar se efetivamente trata-se de projeto de colonização particular (...) (fl. 244);*

CONSIDERANDO que, de igual forma, a jurisprudência também reconhece a impossibilidade de loteamento em zona rural, para fins urbanos:

Ação Civil Pública - Loteamento em zona rural, para fins urbanos - Violação dos regramentos da Lei nº 6.766/79 - Subdivisão de lotes sem qualquer infraestrutura Lotes que superam o tamanho da fração mínima de parcelamento rural e se situam, na maior parte, em área de risco e/ou de preservação permanente Inviabilidade de regularização da área com tratamento de zona rural Lotes alienados com nítida finalidade residencial Procedência que era de rigor - Sentença reformada Recursos parcialmente providos. (TJSP; Apelação 0007583-58.2009.8.26.0022; Relator(a): Moreira Viegas; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 08/10/2014; Publicação: 08/10/2014)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Loteamento com finalidade urbana em área rural. Inadmissibilidade. MATÉRIA PRELIMINAR, rejeitada. MÉRITO. Prefeitura Municipal que permitiu a implantação de loteamento irregular, deixando de exercer seu poder de polícia administrativa. Sentença de procedência mantida. Preliminar rejeitada e recurso improvido. (TJSP; Apelação 9202875-88.2009.8.26.0000; Relator (a): Antonio Rulli; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Mogi das Cruzes - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 05/05/2010; Data de Registro: 10/05/2010)

⁶ Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in_82_df.Pdf>>. Acesso em 17/12/2018.

CONSIDERANDO que, não obstante as restrições legais e regulamentares acima expostas, há indícios de que o loteamento que vem sendo executado na Fazenda Porto Velho contraria as normas legais, sobretudo porque, embora devidamente notificados, os proprietários não apresentaram projetos aprovados ou licenças expedidas, todavia os fiscais do IMASUL constataram que o loteamento rural já está implantado, com casas já construídas e outras em fase de construção (fl. 157);

CONSIDERANDO que os fiscais ambientais ainda informam que "*Através de imagens de satélite google earth, verificou-se que o loteamento já estava sendo implantado desde 2012 e que as casas estão construídas próximo ao Rio Dourados*" (fl. 157);

CONSIDERANDO que os proprietários da Fazenda investigada deram entrada em pedido de licenciamento ambiental municipal apenas em 06/04/2018 (fls. 186-189), e que, após notificados, apresentaram Estudo Ambiental Simplificado referente ao Loteamento, bem como um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sistema de Controle Ambiental;

CONSIDERANDO que uma atividade potencialmente poluidora só pode operar após receber a licença ambiental respectiva, nos termos da legislação referida e Resolução CONAMA n. 237/1997;

CONSIDERANDO que é crime o funcionamento de atividade ou empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental, bem como a construção, reforma, ampliação ou instalação sem licença ambiental, nos termos do art. 60 da Lei Federal n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 9.605/98 também prevê, como medidas possíveis pelo poder de polícia, o embargo e suspensão de obra ou atividade sempre que a atividade não estiver sendo realizada em conformidade com a lei ambiental;

CONSIDERANDO que, além disso, a análise dos autos não permite concluir qual a finalidade do parcelamento, tampouco o número de lotes parcelados, carecendo de esclarecimentos ainda a área do empreendimento, já que a ART do profissional consigna a atividade de loteamento de 120 hectares (fl. 217) e a descrição do empreendimento fala em 22.400 m²;

CONSIDERANDO que conforme matrícula da propriedade acostada às fls. 139-144 dos autos, a área total de um dos imóveis é de 119,9961 ha e do outro é 9,999 ha;

CONSIDERANDO que em consulta ao Termo de Cooperação n. 02/2016⁷, verifica-se que, conforme Anexo Único, inciso XX, é competência municipal o licenciamento ambiental de Loteamento Rural de até 100 ha, havendo necessidade de esclarecimento quanto à real extensão do empreendimento, que pode interferir na competência para o licenciamento municipal ou estadual;

CONSIDERANDO que a possibilidade de regularização do empreendimento apenas é avistada caso os lotes respeitem a fração mínima de parcelamento e dediquem-se a projeto de colonização particular, cujos projetos carecem de aprovação junto ao INCRA, ao qual foram requisitadas informações (fls. 308-309);

CONSIDERANDO que embora hajam inúmeros pontos pendentes de esclarecimentos para alinhar o desfecho do caso, o órgão ambiental municipal informou que, em vistoria realizada em 15/06/2018 "*foi verificado que mesmo após notificação do IMASUL realizada em novembro de 2017 as construções de casas no local não foram paralisadas*" (fl. 296);

CONSIDERANDO, então, possível irregularidade no loteamento rural e a necessidade de avaliação e eventual revisão de todos os projetos e processos administrativos eventualmente em trâmite junto aos órgãos públicos, para garantia da observância aos mandamentos legais e constitucionais;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, e em observância aos princípios da legalidade e da precaução, com objetivo de evitar o alastramento dos danos ambientais e urbanísticos, RECOMENDAR aos proprietários da Fazenda Porto Velho, Rosélia da Silva Azambuja Canavarros, Nereu da Silva Azambuja, Aldonço da

⁷ Disponível em http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/74/2018/03/3%C2%BAAditivo_TCT-02-2016.pdf

Silva Azambuja e Fertimaster Agrícola LTDA-ME que:

PARALISEM, imediatamente, toda e qualquer obra e intervenção na área de implantação do loteamento rural instalado em parte da Fazenda Porto Velho, matrículas 131.966 e 131.967, zona rural, Dourados/MS, SUSPENDENDO TODOS OS ATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS LOTES, a fim de evitar prejuízo aos consumidores e ao meio ambiente local, até que esclarecida a finalidade do empreendimento e respeito à fração mínima de parcelamento para projetos de colonização particular, e verificada a regularidade e legalidade dos projetos e licenças, por parte do *Parquet*, a fim de esclarecer as questões controvertidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pelo particular, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente e à ordem urbanística, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 17 de dezembro de 2018.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0006/2018/11PJ/DOS

Inquérito Civil n. 06.2016.00000431-4

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SOLARIS.

Objeto: Apurar a irregularidade na intervenção de Área de Várzea e a execução de obras e serviços desprovidos de licenciamento ambiental, bem como de compensar os danos ambientais causados por parte do Condomínio Solaris, em Dourados-MS.

RECOMENDAÇÃO n. 0006/2018/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007 e designação publicada por meio da portaria 269/2018-PGJ;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que “O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais

indisponíveis" (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social ambiental da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser condição necessária ao cumprimento da ordem urbanística e socioambiental que as normas urbanísticas e ambientais sejam respeitadas, tanto as jurídicas quanto as técnicas, seja na prevenção ou na reparação dos riscos criados por atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul referiu-se expressamente ao dever de prevenção do meio ambiente, emanando em seu artigo 222, §§1º e 2º, incisos II e V, que toda pessoa tem direito a fruir de um ambiente físico e social livre dos fatores nocivos à saúde, incumbindo ao Poder Público, através de órgãos próprios e do apoio a iniciativas populares, proteger o meio ambiente, preservar os recursos naturais, ordenando seu uso e exploração, e resguardar o equilíbrio do sistema ecológico, sem discriminação de indivíduos ou regiões, através de política de proteção do meio ambiente definida por lei, prevenindo e controlando a poluição e seus efeitos, a degradação do meio ambiente;

CONSIDERANDO, neste sentido, que o Estado, nas suas diversas esferas, deve controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem risco de extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade, conforme disciplina legal, além de que todas as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos, nos termos do art. 225, §§1º e 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, estabelecida pela Lei Federal n. 6.938/1981, destinada a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no seu artigo 2º, dentre eles o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente lesivas;

CONSIDERANDO que, dentre os objetivos específicos definidos no artigo 4º da PNMA, merecem destaque os princípios do desenvolvimento sustentável - consistente na compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente - do equilíbrio ecológico e da preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

CONSIDERANDO que, em seu art. 3º, a PNMA conceituou poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota ou as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e, finalmente, as que lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que a mesma Lei n. 6.938/81 instituiu a responsabilidade objetiva do poluidor, independentemente de dolo ou culpa, nos termos do art. 14, bem como o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, no art. 9º, IV

CONSIDERANDO que uma atividade potencialmente poluidora só pode operar após receber a licença ambiental

respectiva, nos termos da legislação referida e Resolução CONAMA n. 237/1997;

CONSIDERANDO que é crime o funcionamento de atividade ou empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental, bem como a construção, reforma, ampliação ou instalação sem licença ambiental, nos termos do art. 60 da Lei Federal n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que a doutrina⁸ enfatiza que o crime em questão é de natureza permanente, ou seja, ocorre enquanto o empreendimento sem licença estiver operando, bem como é de mera conduta, com sua consumação no momento em que o empreendimento opera, além de ser de perigo abstrato, de sorte que não há necessidade de prova ou demonstração de que a atividade traga algum risco concreto ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 9.605/98 também prevê, como medidas possíveis pelo poder de polícia, o embargo e suspensão de obra ou atividade sempre que a atividade não estiver sendo realizada em conformidade com a lei ambiental;

CONSIDERANDO que o artigo 3º dessa Lei (9.605/98), estabelece que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 6.514/2008, em seu art. 3º, inciso IX, também elenca a suspensão total ou parcial das atividades como penalidade àquele que infringe a legislação ambiental, estabelecendo ainda, no art. 15, que *"As sanções indicadas nos incisos V a IX do art. 3º serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares"*.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Federal n. 140 de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas para cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n. 90/80 impõe aos órgãos ambientais estaduais e municipais a adoção de medidas técnico-legais impedientes de implantação ou funcionamento de instalações ou atividades potencialmente poluidoras, bem como cumprir e fazer cumprir toda e qualquer legislação sobre prevenção, controle e correção da poluição ambiental, art. 4o, IV e V;

CONSIDERANDO que a Política Municipal do Meio Ambiente - PMMA foi instituída pela Lei Complementar Municipal n. 055/2002, cujos objetivos inclui a exigência, para a instalação e funcionamento de atividades e serviços potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, públicos ou privados, o prévio licenciamento ambiental, lastreado por estudos de impacto ambiental, a que se dará publicidade; bem como de auditorias ambientais, públicas e periódicas; ambas as expensas do empreendedor (art. 4º, inciso XI);

CONSIDERANDO que a PMMA conceitua como poluição toda degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população e criem condições adversas ao desenvolvimento das atividades sociais;

CONSIDERANDO que iniciar e prosseguir em operação de empreendimentos ou atividades sem licença ou em desacordo com a mesma, quando concedida, constitui infração ambiental conforme o artigo 131, inciso II da PMMA;

CONSIDERANDO que a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir qualquer dispositivo da PMMA, bem como de qualquer outro diploma legal atinente à proteção ambiental, fica sujeita à penalidade de suspensão total ou parcial de suas atividades, até a correção das irregularidades, independentemente da obrigação de reparar os danos causados ou de outras sanções civis ou penais (art. 132, inciso III);

CONSIDERANDO que o licenciamento ambiental deve ser considerado um ativo intangível, pois ele é uma condição essencial e *sinne qua non* para o regular funcionamento e conformidade ambiental de uma atividade;

8NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 564-565.

CONSIDERANDO que, conforme o Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 55/2002, item 249, a atividade de loteamento urbano/condomínio residencial é passível de licenciamento ambiental municipal;

CONSIDERANDO que no bojo do inquérito civil n. 06.2016.00000431-4 é possível constatar que, embora o Condomínio Residencial Solaris tenha sido notificado a providenciar o licenciamento ambiental das atividades de implantação do residencial desde 16/12/2015 (fl. 13), até o presente momento não cumpriu as exigências necessárias para o alcance do licenciamento;

CONSIDERANDO que, já em 16/12/2015, o Instituto do Meio Ambiente de Dourados – IMAM constatou que, ao final da Rua Camilo Ermelindo da Silva, os responsáveis pelo empreendimento promoveram aterramento de área de várzea e drenagem de nascente d'água do Córrego Laranja Doce (fl. 12);

CONSIDERANDO que, em seguida, foram notificados a paralisar as intervenções e providenciar o licenciamento ambiental (fl. 13);

CONSIDERANDO, contudo, que em vistoria posterior datada de 29/12/2015 (fl. 9), os fiscais retornaram ao local e constataram descumprimento da ordem de paralisação, sendo novamente notificados os responsáveis para regularização (fl. 10), e aplicada multa por "*iniciar a instalação de qualquer empreendimento sem licença ambiental*" e "*descumprir exigências técnicas ou administrativas formuladas pelo IMAM no prazo estabelecido*" (fl. 11 – incisos I e IX do art. 131 da LC 055/2002);

CONSIDERANDO que, em resposta datada de 18/11/2016 o IMAM informou que o empreendimento ainda não havia obtido o licenciamento, em razão da "*existência de pendências a serem sanadas, isto é, a mesma encontrando-se no aguardo do atendimento das pendências postas no ofício 1504/2016*", este último datado de 26/10/2016 (fls. 68-74);

CONSIDERANDO que, não obstante o desatendimento das exigências, as atividades foram retomadas, pelo menos desde 17/03/2017, conforme constatação de servidor do *Parquet*, objeto do relatório de fls. 82-85;

CONSIDERANDO que, desde então, o que se nota é uma sucessão de pedidos de dilação de prazo para atendimento das exigências do órgão ambiental, sem alcance do licenciamento devido, tampouco recuperação das áreas degradadas com as intervenções desprovidas de licenciamento, enquanto as obras avançam;

CONSIDERANDO, neste sentido, que os documentos de fls. 105-107, 120-121 e 122-128 relatam que o empreendimento estaria em fase de licenciamento, mas que ainda não cumprira as exigências dos ofícios 1120/2016, 1504/2016, 718/2017, 1139/2017 e 1333/2017, apenas solicitando reiteradas dilações de prazo;

CONSIDERANDO que as exigências do órgão ambiental também foram reiteradas diversas vezes, conforme denota a sequência de ofícios enumerados no considerando anterior, o que revela o descaso e descompromisso do loteador com o meio ambiente local;

CONSIDERANDO que, embora requisitado ao órgão ambiental que empreendesse todas as medidas administrativas para obstar a ocorrência dos danos, incluindo autuação e eventual embargo das obras que intervenham em áreas de preservação ambiental (fls. 129-130 e 140-141), o órgão ambiental mais uma vez limitou-se a expedir novo ofício para atendimento de exigências que se prolongam desde o ano de 2015 (fls. 135-137 e 148-151);

CONSIDERANDO que na última resposta acostada aos autos, inclusive, o órgão ambiental comunicou a insatisfatoriedade das respostas apresentadas pelo empreendedor, que não contemplou itens fundamentais para a efetiva recuperação da área degradada com suas atividades, e que a nova notificação lavrada expirou o prazo de atendimento aos 18/11/2018 e, até a data da resposta (29/11/2018), não havia sido cumprida;

CONSIDERANDO que, não obstante a Lei Complementar Municipal n. 055/2002 estabeleça uma gradação de penalidades no art. 132, iniciando-se com advertência, e passando para multa simples e suspensão das atividades potencialmente poluidoras, entre outras, o órgão ambiental apenas advertiu e autuou o empreendedor no ano de 2015, e desde então nenhuma penalidade tem aplicado, mesmo após requisição e recomendação de embargo das obras;

CONSIDERANDO que há constatação *in loco* da retomada de atividades (82-85), em desrespeito à ordem de

paralisação anterior, sem licenciamento, além da reincidência em descumprir as exigências para a obtenção da licença;

CONSIDERANDO que, assim agindo, os agentes públicos do IMAM contrariam regramentos legalmente postos, ofendendo ao princípio constitucional da legalidade, e deixam que as obras do empreendimento avancem em detrimento do necessário licenciamento ambiental com previsão de medidas compensatórias e mitigatórias dos danos consumados;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa *“implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”*⁹;

CONSIDERANDO, ainda, que nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso I, da Lei n. 8429/92, *“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: [...] II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; [...]”*

RESOLVE, em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística e em observância ao princípio da legalidade, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização dos particulares e autoridades competentes, RECOMENDAR:

1) ao Diretor-Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS – IMAM: que, no exercício de suas atribuições, DETERMINE E EFETIVE A SUSPENSÃO TOTAL DAS ATIVIDADES DO LOTEAMENTO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SOLARIS" (CNPJ 20.263.734/0001-64), pela execução de obras sem licenciamento ambiental, reiterado descumprimento das notificações 3772/2015, 3773/2015 e 3876/2015, bem como das exigências para o licenciamento das atividades objeto dos ofícios 1120/2016, 1504/2016, 718/2017, 1139/2017, 1333/2017 e 1102/2018 e notificação 002/2018/LICENCIAMENTO/IMAM;

2) ao responsável pelo loteamento "Condomínio Residencial Solaris" (CNPJ 20.263.734/0001-64): que PARALISE, imediatamente, toda e qualquer obra e intervenção na área de implantação do loteamento "Condomínio Residencial Solaris", instalado ao final da Rua Camilo Ermelindo da Silva, Vila Planalto, Dourados/MS, SUSPENDENDO TODOS OS ATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS, a fim de evitar prejuízo ao meio ambiente local, até que obtido o licenciamento ambiental e aprovado o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas com as intervenções realizadas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pelos destinatários, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente e à ordem urbanística de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS e determino ao destinatário a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 13 de dezembro de 2018.

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

⁹ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0032/2018/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003400-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leonice Aparecida Pitteri Pinto

Assunto: Apurar danos ambientais causados pela atividade agrícola na Fazenda Anhumas, consistentes na aplicação de agrotóxicos em áreas de proteção permanente, e, por consequência, contaminado os recursos hídricos da região.

Bonito – MS, 04 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0026/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003573-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003573-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Associação da Terceira Idade de Cassilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas na Associação da Terceira Idade de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 18 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0027/2018/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003635-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003635-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de desvio e apropriação de cascalho da municipalidade para propriedade particular.

Cassilândia-MS, 18 de dezembro de 2018

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

IVINHEMA

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00000161-4**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, o(s) abaixo qualificado(s) o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I – DAS PARTES:

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Exma. Sra. Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema.

PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO: São Bento Incorporadora LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Avenida Dourados, n. 1560, Classe A Residence, Naviraí/MS, inscrita no CNPJ sob o n. 07.333.683/0001-48, representada por Valdemir de Souza Messias, portador da cédula de identidade 599723, inscrito no CPF sob o n. 652.476.391-20, residente e domiciliado na Av. Weimar G. Torres, 1345, Dourados-MS, telefone nº (67)99977-4800 e Victor Filipe de Souza Messias portador da cédula de identidade 1800285, inscrito no CPF sob o n. 024.444.491-93, residente e domiciliado na Av. Weimar G. Torres, 1345, Dourados-MS.

SEGUNDO COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE IVINHEMA/MS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 03.575.875/0001-00, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Éder Uilson França Lima, podendo ser encontrado na Praça dos Poderes, n. 720, Ivinhema/MS, Centro, CEP n. 79740-000, na presença da procuradora jurídica do município a Dra. Mariel Sassada Ronchesel, OAB/MS 19.355.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Ajustamento tem por objeto a correta execução da implementação do empreendimento de parcelamento do solo urbano denominado “Eco Park Residence III”, registrado no Cartório de Registro Imobiliário local na Matrícula n. 10.056, com área total de 121.508,60m², a regularização urbanística com implementação de obras de infraestrutura faltantes via aprovação destas pelos órgãos legitimados e imposição de medidas compensatórias pela ocorrência de danos ambientais.

TÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA: o Primeiro Compromissário se absterá de desenvolver as atividades de implementação do empreendimento até que seja comprovada a renovação da Licença Prévia - LP n. 10 de 2015 concedida pelo órgão ambiental estadual Imasul, no prazo de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: o Primeiro Compromissário se compromete a abster-se de alienar ou transferir por qualquer meio, onerosa ou gratuitamente, os lotes do empreendimento, devendo remover, de todos os meios de comunicações, as propagandas e classificados sobre a venda, enquanto perdurar o embargo do empreendimento pelo segundo compromissário.

CLÁUSULA TERCEIRA: o Primeiro Compromissário se compromete a cumprir todas as condicionantes da Licença Prévia no devido prazo concedido pelo IMASUL, devendo implementar, conforme projetos aprovados pelos órgãos de habitação, urbanismo e meio ambiente:

- I - Abertura e pavimentação de vias, calçadas e meio-fio;
- II - Rede de distribuição de energia elétrica;
- III - Sistema de distribuição de água tratada;
- IV - Rede de drenagem de águas pluviais;
- V - Arborização das vias e implantação das áreas verdes;
- VI - Cercamento de áreas verdes, institucionais, de preservação permanente, praças e áreas *non edificandi*.

CLÁUSULA QUARTA: o Primeiro Compromissário assume, também, a obrigação de elaborar e apresentar perante esta Promotoria de Justiça, em prazo não superior a 120 (cento e vinte dias) a contar da assinatura do presente, projeto para regularização do empreendimento citado no título II, abrangendo, também, a implementação de rede de esgoto.

Parágrafo único: A rede de esgoto deve obstar que resíduos domésticos sejam despejados em cursos d'água, leitos carroçáveis ou em fossas clandestinas, com perigo de contaminação do lençol freático e dos mananciais.

CLÁUSULA QUINTA: A implementação da rede de esgotos está condicionada à existência de condições técnicas e autorização pela Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - Sanesul e, caso não seja possível pela ausência de sistema de esgoto na região do loteamento, deve haver a devida comprovação documental, sem prejuízo de o Segundo Compromissário, valendo-se de seu poder de polícia administrativa, assegurar que a disposição do esgoto sanitário do loteamento seja realizada por meio do emprego de fossa e sumidouro, com a possibilidade de ligação do efluente desse na rede pluvial, como forma de evitar que ligações clandestinas do esgoto cloacal diretamente no pluvial terminem por provocar danos à saúde humana e ao meio ambiente.

CLÁUSULA SEXTA: Decorrido o prazo assumido na cláusula segunda para a apresentação do projeto de regularização, o Primeiro Compromissário se obriga a realizar as obras de infraestrutura necessárias para a implementação da rede de esgoto, observada a ressalva da cláusula quarta, as quais deverão ser concluídas no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: o Primeiro Compromissário deverá realizar as obras necessárias a conter processos erosivos verificados na parte Córrego Franco cujo curso d'água está no interior do empreendimento, por profissional habilitado e mediante anotação de responsabilidade técnica, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhando relatório das intervenções realizadas ao comprometente ao final do prazo.

CLÁUSULA OITAVA: deverá ser comprovado pelo Primeiro Compromissário, no prazo de 180 (cento e oitenta), o isolamento da área de preservação permanente do Córrego Franco, que é de trinta metros de largura, não sendo permitida nenhuma supressão vegetal ou edificação nessas áreas, devendo permanecer preservada com espécies vegetais nativas.

CLÁUSULA NONA: o Primeiro Compromissário se compromete a Elaborar PRAD – plano de recuperação de área degradada e apresentar ao órgão ambiental no prazo fixado no licenciamento ambiental, devendo implantá-lo conforme cronograma aprovado pelo órgão ambiental, devendo necessariamente prever entre as medidas a revegetação do local, mediante o plantio de espécies nativas e o acompanhamento do crescimento das mesmas.

Parágrafo único: o Primeiro Compromissário deverá acolher todas as determinações e medidas técnicas do órgão ambiental, inclusive modificação do projeto de parcelamento, com extinção de lotes situados em áreas com restrições ambientais e urbanísticas à ocupação e edificação, hipótese em que os lotes serão doados ao Segundo Compromissário e passarão a integrar área verde.

CLÁUSULA DÉCIMA: O Segundo Compromissário, Município de Ivinhema, compromete-se a promover, caso não seja feito pelo Primeiro Compromissário, a regularização integral do loteamento objeto do presente feito, com a implantação dos equipamentos urbanos previstos no respectivo termo de aprovação, no prazo de 02 anos.

Parágrafo único: Para realização das obras, o Município utilizará a caução dada pelo Primeiro Compromissário, que será executada judicialmente, ouvido o Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Segundo Compromissário se compromete, também a:

I - Efetuar efetiva fiscalização sobre o andamento e conformidade das obras de infraestrutura do loteamento, enviando ao Compromitente relatório trimestral;

II - Receber o loteamento, emitindo o devido termo de verificação de obras, ao final da conclusão das obras de infraestrutura;

III - Autorizar o levantamento da caução somente após a conclusão das obras de infraestrutura;

IV - Efetuar efetiva fiscalização sobre o loteamento, a fim de evitar obras sem alvará de construção e acompanhamento de responsável técnico ou erguidas em áreas de risco, adotando as providências inerentes ao poder de polícia administrativa para embargo das obras clandestinas ou irregulares e notificação para adequação, comunicando ao Ministério Público as ocorrências.

TÍTULO IV - DA INDENIZAÇÃO AMBIENTAL:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A título de indenização ambiental, vez que constatada a ocorrência de processos erosivos causados por águas pluviais que culminaram no soterramento de parte de área de preservação

permanente e no assoreamento do Córrego Franco, consoante manifestação técnica do reclamante IVIBIO (pp. 4-11) e relatório da PMA (pp. 17-27), o Primeiro Compromissário se compromete a doar a soma de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a ser destinado a uma das entidades e/ou projetos ambientais cadastrados nesta Promotoria de Justiça de Ivinhema, cujo pagamento será parcelado em 05 vezes, vencendo-se todo dia 10 de cada mês, sendo que o pagamento da primeira parcela dar-se-á a partir de fevereiro de 2019, ou após a homologação deste termo de acordo, conforme notificação a ser enviada pelo Ministério Público que conterà todos os dados bancários da entidade beneficiária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

TÍTULO V - DAS SANÇÕES:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento pelos compromissários implicará, independentemente de notificação, pagamento de multa no valor de 150 UFERMS, a ser recolhida em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta comarca, ou, na falta deste, a entidade indicada por esta Promotoria e que tenha entre os seus objetivos estatutários a proteção ambiental.

Parágrafo primeiro: A aplicação das penalidades previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

Parágrafo segundo: O não pagamento da multa sancionatória prevista nesta cláusula, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público Estadual, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

Parágrafo terceiro: O descumprimento das medidas constantes do presente TAC pelo Primeiro Compromissário também implicará a execução da caução dada por este, que será utilizada para regularização do loteamento perante a legislação ambiental e urbanística Federal, Estadual e Municipal, bem como para recompor os danos ambientais ocorridos.

TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

Parágrafo único: A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos legitimados para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O Compromitente poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no empreendimento e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelos Compromissários no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os Compromissários obrigam-se a atender, no prazo estabelecido, todas as requisições e solicitações dos órgãos de defesa ambiental federal, estadual e municipal, sempre que estes assim procederem.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

Parágrafo único: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o Compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Em caso de transferência do empreendimento, onerosa ou gratuita, o Primeiro Compromissário se obriga a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se o Primeiro Compromissário transferir o empreendimento sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Parágrafo único: O adquirente do empreendimento descrito no título II deste Termo de Ajustamento de Conduta - TAC sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Em caso de abertura da sucessão, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos herdeiros, sem exceção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784, inc. IV, do Novo Código de Processo Civil, bem como, podendo ser feita a homologação judicial do mesmo, em que terá eficácia de título executivo judicial, na forma do art. 515, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, estando o compromissário ciente e de acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 04 (quatro) vias de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça, pelos Compromissários e por duas testemunhas. Uma das vias é recebida por cada Compromissário neste ato, uma será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Ivinhema/MS, 12 de dezembro de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA
Promotora de Justiça

VALDEMIR DE SOUZA MESSIAS
São Bento Incorporadora LTDA-EPP - Primeiro Compromissário

VICTOR FILIPE DE SOUZA MESSIAS
São Bento Incorporadora LTDA-EPP - Primeiro Compromissário

ÉDER UILSON FRANÇA LIMA
Município de Ivinhema – Segundo Compromissário

MARIEL SASSADA RONCHESEL
OAB/MS 19.355

JARDIM

EDITAL 06.2018.00003607-0

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00003607-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: "Identificar eventuais propriedades rurais que causam danos ambientais no Rio da Prata, em especial no local conhecido como "Brejão do Rio da Prata".

Jardim, 17 de dezembro de 2018

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO
Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL N° 018/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n° 06.2018.00003646-9

Representante: Polícia Militar Ambiental

Investigado: Fazendas São Cristóvão e Mardin

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais nas Fazenda São Cristóvão e Mardin, localizadas no município de Bodoquena-MS.

Miranda/MS, 19 de dezembro de 2018.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL ICP N.º 06.2018.00003639-1

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (2ª Promotoria de Justiça) de Mundo Novo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003639-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hospital Beneficente Dr. Bezerra de Menezes

Assunto: apurar eventuais irregularidades no atendimento e na prestação do serviço de saúde pelo Hospital Bezerra de Menezes, localizado nesta cidade de Mundo Novo, aos pacientes que utilizam o Sistema Único de Saúde, em especial, a paciente Joelma Fonseca da Silva.

Mundo Novo/MS, 19 de dezembro de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00002014-4**RECOMENDAÇÃO Nº 0004/2018/PJ/PTM**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, representada pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, da Constituição Federal; artigos 25 a 27, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93); artigos 26 a 29, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar nº 72/1994); e artigo 44, da Resolução PGJ nº 015/2007, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *“Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”*¹⁰;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *“constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequência e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”*¹¹, viabilizando, dessa maneira, a demonstração efusiva de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do(s) ato(s) ilegal(is) praticado(s);

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito, bem como que Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro e, em seu artigo 3º, assegura ao Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou procedimento preparatório, a possibilidade de expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e sendo o caso, a edição ou alteração de normas;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 28 e 29, da Lei Complementar nº 72/94, do Estado de Mato Grosso do Sul: "Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: I - pelos Poderes estaduais ou municipais; II - pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta; III - pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal; IV - por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública;" e "No exercício das atribuições a que se refere o artigo anterior, cabe ao Ministério Público, entre outras providências: I - receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas; II - zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos; III - dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de

¹⁰ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9ª Ed. São Paulo : Saraiva, 2015, p. 319.

¹¹ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em Ação. 2ª Ed.

irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I; IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito";

CONSIDERANDO que a *“administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”* (artigo 37, *caput* da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Administração Pública também deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como corolários ao princípio da eficiência no tocante à destinação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1931/2009), é vedado ao médico, nos termos do artigo 59: *Art. 59: Oferecer ou aceitar remuneração ou vantagens por paciente encaminhado ou recebido, bem como por atendimentos não prestados;*

CONSIDERANDO que é crime previsto no artigo 299, do Código Penal, a conduta de *omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*, podendo o autor da falsidade, bem como o beneficiado direto ou indireto serem processados e condenados a pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento for público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002014-4, visando apurar eventuais irregularidades no contrato de prestação de serviço médico entre a empresa R&R Gestão de Saúde Ltda.-ME e o Município de Porto Murinho, para prestar serviços junto ao Hospital Municipal Oscar Ramires Pereira;

CONSIDERANDO os significativos valores constantes do contrato firmado entre a municipalidade, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Porto Murinho, e a empresa R&R Gestão de Saúde Ltda.-ME para a prestação de serviços médicos, quais sejam, R\$ 1.985.350,00 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais) em relação ao Contrato 052/2017, e R\$ 1.846.300,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil e trezentos reais) em relação ao Aditivo de 2018;

CONSIDERANDO que, durante a tramitação do referido inquérito, foram acostados diversos documentos comprovando a inexecução de parte do contrato firmado em 2017 e do respectivo aditivo, firmado em 2018, não se verificando a prestação de determinadas especialidades médicas previstas, nos termos do que fora determinado contratualmente;

CONSIDERANDO, ainda, que, no bojo do inquérito civil supramencionado, verificou-se a existência de profissionais de saúde sem as devidas especialidades médicas, além de profissionais constantes do quadro da referida empresa e que nunca prestaram serviços médicos neste hospital municipal;

CONSIDERANDO que nos autos de tal procedimento investigatório foram emitidas notas e recebidos valores sem a devida comprovação do serviço médico efetivamente prestado, o que pode importar em ato de improbidade administrativa que gera enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação a princípios administrativos;

CONSIDERANDO que tais irregularidades que vêm sendo constatadas, além de evidenciarem o descumprimento do contrato firmado, por parte da empresa médica em questão, acaba gerando prejuízos ao erário público e ensejando uma inadequada prestação de serviços médicos, violando-se, assim, o fundamental direito à saúde desta população;

CONSIDERANDO a necessidade de cessarem as irregularidades e ilegalidades constatadas, evitando-se maiores prejuízos;

RESOLVE, por tudo isso, RECOMENDAR, ao Prefeito Municipal de Porto Murinho, Sr. Derlei João Delevatti, e à Secretária Municipal de Saúde, Sra. Evânia Luzia Moreira da Cunha Freitas, que, em observância aos princípios e dispositivos constitucionais e legais citados:

a) Efetuem, IMEDIATAMENTE, a rescisão do contrato de prestação de serviços médicos celebrados com a empresa R&R Gestão de Saúde Ltda.-ME (Contrato Administrativo nº 052/2017 e Termo Aditivo celebrado em 10 de abril de 2018), observado o devido procedimento administrativo, sem prejuízo à prestação do fundamental direito à saúde da população desta localidade;

b) Remetam a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento desta Recomendação, se acolherá ou não seus termos, sob cominação de adoção das providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência do ordenamento jurídico;

c) No caso de acatamento e sem prejuízo no disposto no item anterior, remeta a esta Promotoria de Justiça cópia do ato de rescisão do aludido contrato.

Espera o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL o pronto atendimento desta RECOMENDAÇÃO, por ser medida imprescindível à proteção do interesse público e patrimonial, bem como da ordem jurídica constitucional e democrática, cuja defesa incumbe a esta Instituição.

Desde já, cientifique-se que o não acatamento desta Recomendação poderá implicar na adoção, pelo Ministério Público, das medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da AÇÃO CIVIL PÚBLICA cabível, precipuamente para respeito às normas constitucionais (artigo 37, incisos II, V e IX, da Constituição Federal), sem prejuízo do ingresso com a respectiva ação de improbidade administrativa.

Cientifique-se e encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Secretária Municipal de Saúde, mediante recebimento pessoal por escrito, para conhecimento e cumprimento das providências.

Devem, ainda, ser adotadas as seguintes providências:

I-) Publique-se esta Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - DOMP.

II-) Dê-se ciência, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público;

III-) Dê-se ciência à Câmara Municipal de Porto Murtinho/MS;

IV-) Quanto à comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Patrimônio Público e Social, consoante Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI) será realizada automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP;

V-) Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste Procedimento e retorne concluso;

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância das normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Porto Murtinho/MS, 18 de dezembro de 2018.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça